A evolução tecnológica e a sustentabilidade na última década e sua projeção para o século XXI

Autor(res)

Evanilde Dos Santos Carvalho
Camile Do Amaral Nardi Gomes

Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ

Introdução

A séculos a evolução humana ocorre, com impactos em todos os cenários, político, económico, social e tecnológico. Em um contexto histórico do século XVIII ao século XXI passou se por várias Revoluções, desde a agrícola até as Industriais, com várias transformações mundiais.
No Brasil não é diferente, embora seja um processo tardio, a segunda revolução industrial chegou ao Brasil no início do século XX. A partir de 1956, quando Juscelino Kubitscheck assume a presidência, começa a ser vivido um momento histórico em que o país começa a receber a industrialização internacional. E então rumo ao século XXI, a evolução e as transformações tecnológicas trouxeram para o Brasil questões que desafiam a sustentabilidade ambiental e a economia. Como pode um Estado emergente conciliar os dois polos: desenvolvimento econômico e sustentabilidade moldando a evolução tecnológica?

Objetivo

O estudo pretende responder a seguinte questão: como um Estado emergente pode conciliar os dois polos: desenvolvimento econômico e sustentabilidade conformando a evolução tecnológica, no século XXI? Por isso, o trabalho procura abordar a crescente e rápida evolução tecnologia no decorrer dos séculos, principalmente no Brasil, analisar essas transformações e seus impactos.

Material e Métodos

O presente estudo tem o seu método de abordagem analisar os fatos históricos partindo da primeira revolução industrial, abordar o contexto histórico do seu impacto no desenvolvimento da sociedade brasileira, analisar quais, e se medidas foram tomadas para que o país se desenvolvesse de maneira sustentável, análise de dados para verificação desse progresso, por meio de revisão bibliográfica e análise estatística

Resultados e Discussão

A partir do ano de 1972, com a ECO RIO/92 começa no Brasil a conscientização sobre o uso de recursos ambientais e o embate com o desenvolvimento econômico e, então começa a se pensar a respeito do uso dos recursos naturais, sua distribuição e principalmente a respeito do seu uso moderado para as futuras gerações, a partir de então o movimento pró meio ambiente se fortifica. Apesar de conhecer suas responsabilidades o país

atravessou e atravessa momentos conturbados em seu cenário político fazendo com que essas medidas por muitas vezes permanecessem em segundo plano. Estudos apontam que o Brasil não apresenta progresso reforçado em nenhuma das metas dos 17 objetivos de desenvolvimento sustentável da Agenda 2030, estabelecidos pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2015.

Conclusão

Conclui-se, que o Brasil, começa a enxergar a importância do desenvolvimento sustentável, o país participou de convenções, assinou tratados para um desenvolvimento mais sustentável, apesar disso é notório que o país atravessa uma situação na direção oposta da sustentabilidade democrática, o que se vê é um país com o nível de desmatamento, fome e desemprego, e uma política que não estava preocupada com os prejuízos futuros, mas ainda é possível trazer essa consciência a sociedade.

Referências

BORN, R. H. Terceiro setor. In: TRIGUEIRO, A. (Org.). Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.
MOURA, A.; JATOBÁ, J. Federalismo ambiental no Brasil. In: MOURA, A. Políticas públicas e meio ambiente: da economia ecológica às ações setoriais. 2. ed. Recife: Massangana, 2011.
YOSHIDA, C. Tutela dos interesses difusos e coletivos. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2006.
https://matanativa.com.br/sustentaveis-paises-emergentes-realidade/, acesso em 10/04/2023.
https://fia.com.br/blog/sustentabilidadeeconomica/#:~:text=%E2%80%9CSustentabilidade%20econ%C3%B4mica%20%C3%A9%20um%20conjunto,naturais%20para%20as%20futuras%20gera%C3%A7%C3%B5es.%E2%80%9D, acesso em 10/04/2023.
https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/160719_governanca_ambiental_cap04.pdf, acesso em 10/04/2023.
file:///C:/Users/USER/Downloads/7378-Texto%20do%20Artigo-27003-26904-10-20200305.pdf, aceso em 10/04/2023.